



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Assinatura manuscrita
Assinatura manuscrita
(Assinatura)

PROJETO DE PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA
DE PROFESSORES PRIMÁRIOS LEIGOS EM EXERCÍCIO

Através das experiências já realizadas pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, nos diversos Estados do Brasil, verifica-se que, dentro os vários fatores de insuficiência do ensino primário, figura, com relevância, o da falta de elementos capacitados para exercer esse magistério.

Em 1959, dos 211.601 professores brasileiros em exercício, 97.854 não receberam formação docente. Segundo estudos realizados, o nível do professorado não normalista é de 2ª a 3ª séries primárias.

Para que a escola elementar alcance seus objetivos e apresente um rendimento positivo, tornar-se-á indispensável a promoção de cursos de emergência, que permitam, ao professorado em exercício melhorar seu nível cultural e adquirir uma formação profissional mínima para o exercício das suas funções.

Porém o afastamento da regência de classe por um período superior a 3 meses prejudicaria o ano letivo.

Segundo as experiências acima citadas, é necessário que esse curso não seja feito precipitadamente, num só estágio, o que ofereceria pouca oportunidade para experimentação e adoção refletida e consciente de novos processos e métodos de ensino; mais conveniente têm se revelado os cursos intensivos, feitos em fases ou etapas intercaladas por períodos de prática, na regência da própria escola, prática essa controlada e supervisionada através de cursos por correspondência. Desta forma, poderá o professor frequentar o curso intensivo durante três meses por ano e realizar o curso por correspondência durante 8 meses de regência de classe. Este último constitui uma complementação do primeiro.

Mesmo com a pequena duração de três meses, o curso intensivo deverá atentar para três pontos:

- a. O PROFESSOR: - Que nível de conhecimento tem;
- quais são seus ideais e aspirações;
- que valor humano representa, para que possa conduzir a geração futura;
- influência que um contato de apenas algumas semanas poderá trazer para a modificação de atitudes e de conceitos sobre educação.
- b. O ALUNO : - Quais as suas características, necessidades e condições de vida;
- que poderá a escola fazer para melhor atender os seus alunos.
- c. A ESCOLA : - Que condições de trabalho oferece;
- a que comunidade serve;
- quais as deficiências;
como poderá contribuir para o levantamento do padrão de vida da comunidade a que serve.

O programa de um curso de treinamento deve ser prático, exequível dentro do período previsto e organizado com o objetivo de:

- levar o professor rural a focar o problema da educação por outros ângulos, além do que diz respeito à transmissão de conhecimentos;
- fomentar o aparecimento do espírito de equipe e de valor profissional entre um professorado esparso e, em geral, desconhecido;
- despertar no professorado a consciência das suas limitações, da responsabilidade da sua tarefa perante o futuro País e da necessidade de melhor preparar-se para realizar sua missão, criando ideais dentro de uma profissão mal conhecida por aqueles que a exercem às vezes por acaso.

Resumindo, um curso de preparação pedagógica de professores não normalistas deverá ter os seguintes objetivos:

- a. dar aos professores não titulados, dos Estados e Municípios, um mínimo de conhecimentos gerais necessários à execução da tarefa docente;
- b. familiarizar o professorado com técnicas, processos pedagógicos e material didáticos que possam tornar a escola mais eficiente;

- c. enriquecer a personalidade do professor, dilatando seus horizontes, dando-lhes ideais e aspirações capazes de dinamizar a escola e levar sua atuação até a comunidade. Difícilmente poder-se-á realizar curso de treinamento em Municípios que não ofereçam facilidade de acesso e de alojamento e cujas condições culturais não permitem o recrutamento de elementos para ministrá-lo.

II. DO PROGRAMA PARA OS CURSOS DE TREINAMENTO MANTIDOS PELA CNEA

O conteúdo do curso, isto é, o seu currículo ou programa se constitui basicamente, das matérias do ensino primário, tendo em vista dois objetivos:

- a. dar ao professor o domínio dessas matérias elementares;
- b. dar ao professor habilidades para o controle dos meios (métodos) e para o manejo dos instrumentos (material didático) de ensino dessas matérias.

Tem-se procurado tanto quanto possível, evitar que o curso se divida em setor de ensino de matérias e setor de pedagogia. Tanto a aprendizagem das matérias, quanto a pedagogia do ensino deverão ser concomitantes, realizando o princípio de aprender, aprendendo a ensinar.

Do currículo consta o estudo social, econômico e sanitário da região, tendo-se em vista as consequências práticas desse ensino.

Quanto ao horário, por tratar-se de curso intensivo, recomenda-se tempo integral de trabalho, do qual, pelo menos duas horas diárias serão de atividades práticas.

Durante a realização do curso intensivo, além do programa de conhecimentos gerais e pedagógicos, são aproveitadas todas as oportunidades para formação de hábitos pessoais e sociais e para treino de atuação na comunidade. O ideal seria que esses cursos se realizassem em regime de internato, a fim de permitir o total aproveitamento do tempo.

Segundo observações já feitas, recomenda-se uma matrícula máxima de 50 (cinquenta) professores alunos e mínima de 30 (trinta).

Com êsse critério, para curso serão necessários um diretor, um secretário e, pelo menos, três professores do tempo integral, além dos professores contratados hora-aula.

III. DAS MATÉRIAS DO PROGRAMA

Considerando a linguagem o melhor veículo do pensamento e a base de toda a atividade humana, 20% do tempo líquido do curso é destinado a essa disciplina, compreendendo atividades de leitura, composição, escrita, atividades de clubes, métodos e processos respectivos.

As demais disciplinas ficam assim distribuídas:

Aritmética.....	15%	do tempo líquido;
Ciências sociais.....	14%	do tempo líquido;
Ciências naturais.....	10%	do tempo líquido;
Noções de Agricultura.....	5%	do tempo líquido;
Noções de Higiene.....	5%	do tempo líquido;
Noções de direitos e deveres do cidadão.....	3%	do tempo líquido;
Religião.....	3%	do tempo líquido;
Trabalhos manuais.....	5%	do tempo líquido;
Atividades sociais e recreativas	15%	do tempo líquido;
Excursões.....	5%	do tempo líquido;

IV. DO CURSO POR CORRESPONDÊNCIA

Para satisfazer ao curso por correspondência, o professor deverá reger, pelo menos durante 8 meses, sua escola, ou seja durante um ano letivo, aplicando o programa e cumprindo as recomendações recebidas mensalmente. Na maioria das escolas rurais o mesmo professor se ocupa do programa de 1ª 2ª e 3ª séries; a fim de ordenar o trabalho, o curso por correspondência dosará o programa de cada série pelos 8 meses letivos. Cada aula mensal, por correspondência, compreende:

- o conteúdo do programa para um mês;
- orientação metodológica para a realização do mesmo;
- recomendações sobre o material a ser empregado;
- sugestões de exercício para verificação.

Consta ainda do plano mensal, uma parte destinada à formação cultural do professor, contendo lições sobre assuntos vários, exercícios de fixação, verificação de leituras sugeridas, questionários didáticos a serem observados na escola, sugestões de trabalho a serem realizados na comunidade, etc.

A verificação da aquisição de conhecimentos por parte do professor é feita através de provas parciais, realizadas durante o ano, por correspondência e através de provas, exercícios e trabalhos em equipe, durante os cursos intensivos.

O aumento do rendimento escolar, resultante do curso por correspondência é apreciado pelas autoridades estaduais ou municipais incumbidas do controle da rede escolar.

Será bastante uma equipe de três professores bem qualificados para organizar e controlar o curso por correspondência em cada Estado.

Rio de Janeiro, de maio de 1962.

Maria de Freitas
Assistente Técnica da Coordenadoria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

O QUE É A CAMPANHA NACIONAL DE
ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO .

O analfabetismo no Brasil, onde 50% da população vive afastada dos instrumentos básicos para o desenvolvimento cultural tem sido preocupação constante das autoridades desde há muito tempo na História.

Hoje, mais do que nunca, numa época de desenvolvimento econômico, é impossível descuidar-se desse aspecto, uma vez que o desenvolvimento socio-econômico de um povo está intimamente ligado a sua capacidade de reorientação, de melhoria de nível de vida, a sua possibilidade de realizar novas conquistas, para o que é indispensável a alfabetização.

Dentro dessa idéia, surgiu a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que visa, além do ensino de leitura, escrita e cálculo, a politização do homem, a sua adaptação ao meio em que vive, o desenvolvimento de suas capacidades e a conseqüente ascensão socio-econômica da comunidade.

Era um trabalho diferente do até então existente. Exigia métodos especiais para essa educação básica fundamental; exigia determinação das possibilidades financeiras do país para a sua realização.

Iniciou-se o trabalho, em caráter experimental, com recursos previstos pela Lei Orçamentária para 1958, em um Município representativo de cada região do País:

Norte	- Santarém	- Pará
Nordeste	- Timbaúba	- Pernambuco
Leste	- Leopoldina	- Minas Gerais
Sul	- Julio de Castilhos	- Rio Grande do Sul
Centro-Oeste	- Catalão	- Goiás.

Em 1959 o projeto foi ampliado, estendendo-se a novos municípios, o mesmo acontecendo nos anos de 1960 e 1961.

Atualmente há 34 Centros funcionando em todo o país.

Em linhas gerais, consta o Plano de um Centro Piloto das seguintes atividades:

- Levantamento das condições econômicas, tendências sociais, nível cultural e possibilidades de educação, para o planejamento de uma escolarização intensiva;
- Mobilização da comunidade, estabelecimento das linhas de direção do Plano, para a conseqüente execução das tarefas programadas;
- Apuração dos resultados da experiência.

Já se vê que o trabalho repousa no item a. acima mencionado, uma vez que se trata de reajustar o homem, devolvendo-lhe todo o seu valor.

Assim, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em colaboração com os Estados e os Municípios vem realizando, com variações regionais, atendendo às circunstâncias locais, os seguintes programas concretos:

1. aumento ou expansão do sistema escolar primário, de modo a escolarizar toda a população urbana e a maior parte possível da população rural de 7 a 12 anos de idade;
2. instalação de classes de emergência para atendimento àqueles que, com mais de 12 anos e menos de 16 ainda não tiveram oportunidade de escolarização;
3. organização da escola primária, de forma a permitir que todas as crianças, seja qual for o seu nível mental ou social, possam progredir em aprendizagem, evitando-se a repetição de graus escolares;
4. transformação das escolas rurais em Centros de debates de problemas locais, do interesse das famílias dos alunos;
5. Educação global das populações rurícolas, através de meios áudio-visuais, principalmente rádio-difusão e rádio-recepção (no momento, apenas em Leopoldina, Minas Gerais e Timbaúba, Estado de Pernambuco);
6. Criação de Centros de Treinamento e de Formação de Professores, tendo em vista que 50.000 professores, em áreas rurais, no Brasil, não tem qualquer formação pedagógica e que 30.000 deles só tem alguns anos de escolarização primária.

Esse treinamento é feito em 3 anos consecutivos, em período de 3 meses de estudos práticos, em regime de tempo integral (internato) e 8 meses de curso por correspondência.

O relatório das atividades da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1961, traça em linhas gerais o seu programa de ação e resultado das experiências que vem sendo realizadas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1962.

Henrique Ricchetti
Coordenador da CNEA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

A CNEA foi criada pela Portaria Ministerial 5-A, de 9/1/58 e regulamentada pelo Decreto 47.251, de 17/11/59.

Presentemente, acham-se em funcionamento 34 Centros "Pilôto" nos diversos Estados do Brasil.

Cada Centro Pilôto é dirigido por dois co-dirigentes, diretamente subordinados à coordenadoria geral.

O plano de trabalho de cada Centro Pilôto é elaborado de acordo com as necessidades e possibilidades regionais, após um estágio dos dirigentes no Centro Pilôto de Leopoldina (MG), ou Timbaúba (PE).

Os dirigentes de Centro Pilôto, de modo geral, elementos de magistério estadual cedidos à CNEA, entrosam-se com as Secretarias de Educação, no sentido de realizar um trabalho conjunto, permitindo às Secretarias se beneficiarem da experiência, sobretudo nos Estados de organização escolar menos eficiente.

A ampliação da rede escolar é feita em caráter de emergência, de modo a eliminar ou reduzir o déficit escolar, sendo usados todos os locais disponíveis. A CNEA tem instalado classes mesmo ao ar livre, até que as escolas sejam construídas.

Em Leopoldina, primeiro Centro Pilôto instalado, foi concluído, no corrente ano, o plano de construções escolares - Macaé, Catalão e Timbaúba, esse plano está concluído apenas na zona urbana. Nos demais Centros o plano de construções vem sendo realizado mais lentamente, por falta de liberação de recursos. Dessa forma, a conclusão de obras iniciadas ou já contratadas provavelmente só se dará no fim do corrente ano.

A reorganização da rede escolar é trabalho mais lento. Depende de estudo das condições existentes em cada Centro, do elemento humano que realiza o trabalho escolar e de penetração na comunidade, para uma compreensão e aceitação das necessárias modificações.

Dáí a necessidade de melhorar o nível cultural e profissional do professor, o que tem sido feito através de cursos, seminários, palestras e visitas de orientação. Nesse sentido, iniciamos experiência de supervisão escolar de 6 (seis) municípios subordinados à Delegacia escolar de Jataí (GO), entregue à orientação da CNEA.

A CNEA mantém, no momento, 15 (quinze) funcionários na coordenação geral (MEC, Rio). Nos Centros "Pilôto", a CNEA mantém 173 funcionários, 563 professores e 17 orientadores de ensino.

Mantém u'a matrícula escolar de 16.124 alunos e supervisão e orienta uma rede escolar de 2.954 professores e 87.027 alunos. Até a presente data, construiu e equipou 174 salas de aula, 2 Parques Primário Complementar (MG e GO), 2 Centros de Treinamento para Professores (MG e GO), equipou 1 Centro de Treinamento em Júlio de Castilhos (RS). Aham-se em construção 1 Centro de Treinamento em Quixadá (CE), 1 Parque Primário Complementar em Diamantina (MG), 1 Parque Primário Complementar em Caraguatatuba (SP) e diversas salas de aula nos demais Centros "Pilôto".

Pedimos vênía para anexar ao presente, cópias do Relatório das atividades da CNEA em 1961, do Projeto de Preparação Pedagógica de professores primários leigos em exercício e um trabalho sobre escolarização primária em maior escala, elaborado por ordem de Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, em vista do Decreto de mobilização de agosto do ano passado.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1962

Maria de Freitas
Assistente Técnica
da Coordenadoria da CNEA

PROJETO DE PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA
DO PROFESSORADO LEIGO NO ESTADO DO PIAUÍ

O professorado do Estado do Piauí, segundo dados estatísticos de 1959, é constituído de 2.171 professores, dos quais 1.449 não normalistas.

Considerando o custo e a falta de pessoal técnico para a preparação total desse professorado, será possível ainda este ano treinar em 8 cursos de emergência, quatrocentos professores leigos.

Tais cursos deverão ser realizados em municípios que ofereçam facilidade de acesso e hospedagem e que tenham, também, condições culturais, de maneira a possibilitar o recrutamento de professores para ministrá-los.

Atendendo a esse critério haverá possibilidade de realizá-los nos municípios abaixo relacionados:

Zona do litoral

Parnaíba

Zona do Sertão

Picos

São Raimundo

Zona Carnaubeira

Campo Maior

Zona Médio Parnaíba

Floriano

Terezina

Zona do Planalto

Corrente

Zona Alto Parnaíba

Bom Jesus

Para a realização desses Cursos, coordenados pela CNEA, serão selecionados com a colaboração da Secretaria de Educa-

ção do Estado 8 (oito) elementos dentre os melhores de magistério primário, a fim de constituir a equipe de dirigentes dos Cursos, nos municípios sedes.

A equipe será liderada por um elemento designado pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, como controlador dos cursos naquele Estado.

Para determinar objetivos, unificar critérios, estabelecer normas e programas dos referidos cursos, seus dirigentes deverão realizar um estágio de 20 a 30 dias na Capital do Estado ou no Centro Pilôto Nacional da CNEA, sob orientação e controle da Coordenadoria da CNEA.

Após esse estágio os dirigentes encarregar-se-ão de:

- a) - entrar em entendimento com os Prefeitos dos Municípios onde eles se realizarão, a fim de obter colaboração para os mesmos;
- b) - contratar professores e pessoal necessário ao funcionamento dos cursos;
- c) - verificar local para sua realização;
- d) - providenciar a convocação, pelo Estado ou Municípios, dos elementos que frequentarão o curso.

Programa

O programa do curso deverá ser prático e exequível dentro do período previsto e organizado com o objetivo de: motivar o professorado para atividade mais dinâmica; fomentar um espírito de classe entre os professores, levando-os a considerar problemas comuns e a necessidade de melhor preparo para resolvê-los. Isto vale dizer, despertar no professorado uma consciência de suas limitações, da responsabilidade de sua tarefa perante o futuro do país e da necessidade de melhor se preparar para realizar sua missão.

O conteúdo do curso, isto é, o seu currículo deverá ser constituído pelas matérias do ensino primário, tendo em vista dois objetivos:

- 1 - Dar ao professor leigo o domínio das matérias elementares;

2- Dar-lhes também, o contróle dos meios (mé todos) e do manejo dos instrumentos (material didático) de ensino dessas matérias.

Disciplinas do Curso

Linguagem - Aritmética - Estudos Sociais - Estudos Naturais - Higiene - Religião - Canto e Recreação - Trabalhos Manuais e Confeção de material didático - Atividades Agrícolas.

Tanto quanto possível, deve-se evitar que o curso se divida em setor de ensino de matérias e setor de pedagogia; tanto a aprendizagem da matéria, quanto a pedagogia de seu ensino, serão concomitantes.

Do currículo constará o estudo social, econômico e sanitário da região, tendo-se em vista as consequências práticas desse ensino.

Além do programa de conhecimentos gerais e pedagógicos deverão ser aproveitadas tôdas as oportunidades para a formação de hábitos pessoais e sociais e para treino de atuação na comunidade.

O ideal será que êsses cursos se realizem em regime de internato, a fim de permitir um total aproveitamento de tempo. Contudo, na impossibilidade de realizá-los nesse regime, mesmo assim deverão ser, tanto quanto possível, intensivos.

Corpo docente

Os professores, em número de 9 (nove) para cada curso, serão selecionados dentre elementos conhecedores dos problemas de educação, dotados de senso prático, visão pedagógica e educacional.

Caso no município sede não existam professores capazes em número suficiente, poderão ser aproveitados, para completarem a equipe, elementos estranhos ao magistério, mas capacitados para ministrarem o treinamento, tais como o agrônomo, o vigário, o médico local, etc.

Para que o curso atinja seus objetivos é indispensável o espírito de equipe entre o professorado, o qual deve ser bem acessorado pela dirigente que promoverá as discussões, conta-

tos e entrosamentos necessários a uma atividade dinâmica e globalizadora.

Corpo discente

O recrutamento de professores-alunos será feito com a colaboração do Estado e Municípios.

A procura da hospedagem ficará a cargo dos próprios professores-alunos ou do diretor de cada grupo, conforme as possibilidades locais.

Os cursos se realizarão em prédios de grupo escolares, ou ginásios, ou ainda de instituições educacionais particulares.

Recursos necessários para a realização do treinamento de 400 professores leigos de Estado do Piauí.

Despesas com o estágio das dirigentes na Capital:		
Hospedagem durante 25 dias.....	Cr\$	448.000,00
Transporte.....	Cr\$	100.000,00
Eventuais.....	Cr\$	50.000,00
Total.....	Cr\$	<u>598.000,00</u>

Com base nas experiências já realizadas pela CNEA, foi feito o seguinte orçamento mensal para o funcionamento de oito (8) cursos:

8 dirigentes a.....	25.000,00....	Cr\$	200.000,00
72 professoras (1648 horas-aulas) a.....	200,00....	Cr\$	329.600,00
400 bolsas (hospedagem à mensalidade de...)	7.000,00	Cr\$	2.800.000,00
Material didático.....	-	Cr\$	120.000,00
Eventuais.....	-	Cr\$	80.000,00
TOTAL.....	-	Cr\$	<u>3.529.600,00</u>

A duração dos mesmos, depende da determinação do Exm^o. Sr. Ministro e dos recursos destinados para esse fim. Entretanto, considerando o prejuízo que traria ao rendimento escolar o afastamento longo das suas atividades regulares, quer por parte dos dirigentes e professores, quer por parte dos 400 professores-alunos e considerando ainda o elevado custo de um trabalho dessa natureza, somos de parecer que a duração ideal seria a de 3(três) meses.

Nessa hipótese, a despesa total prevista para o treinamento de 400 professores leigos do Estado do Piauí seria de:

Estágio.....	Cr\$ 598.000,00
8 cursos de treinamento...	Cr\$ 10.588.800,00
TOTAL.....	Cr\$ 11.186.800,00

O custo dos cursos poderá ser reduzido:

- a) - mediante contribuição das Prefeituras Municipais para realização dos mesmos;
- b) - pela supressão da bolsa aos professores residentes na sede dos Municípios onde se realizam os cursos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1962.

Henrique Ricchetti
Coordenador da CNEA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO BRASIL
SUA POSSÍVEL SOLUÇÃO

Depois de 4 anos de atividades no campo da educação elementar, realizada em Centros "Pilôto" localizados nas mais diversas regiões do País, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo reúne um acervo de experiências, que nos possibilita enforçar o problema do analfabetismo em extensão e profundidade.

A população brasileira, compreendida na faixa etária de 7 a 12 anos, segundo dados obtidos pelo censo de 1960 (quadro nº 1, anexo), atinge o total de 10.167.540 crianças.

A matrícula escolar, no ano de 1959, foi de 7.049.882, o que determina um deficit de escolarização de 3.117.658.

Considerando que a grande parte da população analfabeta compreendida na faixa etária de 13 a 14 anos também deveria ser atendida pela escola primária, esse deficit aumenta. Para atender apenas à população de 7 a 12 anos em classes de 40 alunos, seriam necessários 77.941 professores. Considerando o vencimento mensal médio do professor primário no País, em 1961, de Cr\$ 8.000,00, a despesa anual com o professorado seria de Cr\$..... 7.482.336.000,00, sem considerarmos os gastos com organização, orientação e supervisão dos serviços escolares.

Para construir e equipar escolas em número suficiente para atender o deficit citado, considerando o custo médio de cada sala de aula equipada a Cr\$ 500.000,00, seriam necessários Cr\$.. 19.485.000.000,00, perfazendo um total de Cr\$ 26.967.336.000,00.

Não sé, porém, a falta de recursos tornaria impossível ao Ministério da Educação e Cultura atender, de pronto, a tóda população escolar brasileira. Considerando a diversidade de condições das várias regiões brasileiras, suas possibilidades e necessidades, seria difícil empreender um trabalho eficiente de alfabetização nas áreas de baixa densidade demográfica, onde fatores diversos, como falta de comunicação, falta de elemento humano capacitado, falta de condições sócio-econômicas que garantam a fre

quência escolar, viriam dificultar a realização de uma atividade educacional no ritmo exigido pela fase de desenvolvimento que o País atravessa.

Entretanto, em face da gravidade do problema, cada vez mais agravado pela vertiginosa evolução sócio-econômica verificada nas últimas décadas, cumpre ao Ministério da Educação e Cultura, dentro dos recursos disponíveis, estabelecer planos a longo prazo, a fim de que o problema da educação elementar brasileira seja equacionado concomitantemente com os demais problemas considerados de sobrevivência nacional.

Segundo as experiências realizadas pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, seria necessário um mínimo de 5 anos para a organização de uma rede escolar capaz de atender à população escolarizável do País.

Um plano quinquenal de educação primária poderia ser distribuído da seguinte maneira:

1ª fase-a) situação em áreas urbanas de acordo com os recursos disponíveis; delimitação e estudo das áreas a serem trabalhadas;

b) levantamento da população escolar urbana escolarizada e escolarizável e instalação de classes de emergência para atender ao deficit aí existente;

c) treinamento de emergência do pessoal docente;

d) trabalho de educação de base na comunidade, para fortalecimento do clima favorável ao trabalho escolar;

e) organização do serviço de supervisão e orientação do ensino.

2ª fase-a) extensão do trabalho às áreas rurais. Delimitação e estudo das áreas a serem trabalhadas;

b) levantamento da população escolar rural e instalação de classes de emergência;

c) obtenção de áreas para construção de novas unidades escolares urbanas, a fim de regularizar o funcionamento das classes de emergência;

d) construção das escolas necessárias às áreas urbanas;

e) treinamento de emergência do professorado rural

- 3ª fase-a) Instalação, em caráter definitivo, das classes de emergência existentes nas áreas urbanas em escolas devidamente construídas e equipadas;
- b) organização administrativa dos serviços escolares em conexão com rede escolar estadual;
- c) estabelecimento de critérios para construção de escolas rurais, tendo em vista os grupos populacionais densos e estáveis;
- d) construção e equipamento de escolas nas áreas rurais.
- 4ª fase-a) Realização de cursos, seminários e palestras destinados a melhorar o nível cultural do professorado;
- b) orientação pedagógica das escolas organizadas.
- 5ª fase-a) Verificação do rendimento escolar;
- b) análise do reflexo do trabalho nas comunidades atendidas.

Com base nas experiências realizadas pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, os trabalhos previstos nas 1ª e 2ª fases seriam realizados em 2 anos. Os previstos nas 3ª e 3ª fases, noutros dois anos. A partir do 5º ano, ter-se-ia possibilidade de iniciar um trabalho de avaliação dos resultados, de vez que o funcionamento da rede escolar estaria devidamente organizado.

Convém ressaltar que, mesmo nos grupos populacionais mais primários do País, como os que se encontram dispersos pela área da seca, no Nordeste, na região amazônica, ao norte de Goiás e de Mato Grosso, onde uma infra-estrutura sócio-econômica os mantém em condições de vida bastante precárias, encontra-se já uma consciência despertada para a educação. Em investigações procedidas pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, verifica-se que a escola primária é uma das necessidades mais frequentemente apontadas em todo o País. Essa receptividade pela escola nos leva a afirmar que, dispondo o Ministério da Educação e Cultura dos necessários recursos, dentro de poucos anos teremos reduzido de muitos esse elevado índice de analfabetismo, tão deprimente e tão prejudicial à Nação.

Na elaboração de um plano alongo prazo, como sugerimos, dever-se-ia atender em 1º lugar, ou seja, no 1º ano, as áreas de mais fácil acesso, onde o elemento humano para a realização da tarefa docente fôsse mais facilmente encontrado, onde as classes de emergência pudessem ser mais facilmente criadas. Com êsse objetivo, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, relacionamos, no presente trabalho, os municípios a partir de 10.000 habitantes, os quais consideramos núcleos populacionais expressivos e que contêm condições para um trabalho de escolarização rápida; nas regiões Leste e Sul, foram computados os municípios a partir de 15.000 habitantes.

Os dados sôbre o número de municípios que, segundo o critério acima, existem em cada Estado da Federação acham-se contidos no quadro nº 2, em anexo e são relativos ao Censo de 1960.

Para os municípios cujos trabalhos censitários não foram concluídos e que perfazem, no presente trabalho, o total de 81, foi considerada a população de 1950, à qual se acrescentou 30%, média do crescimento da população verificada nos 10 Estados cujos trabalhos censitários estão concluídos (Espírito Santo, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e Alagoas).

Como se pode verificar no quadro anexo, nº 2, Estado de Santa Catarina e o Território do Amapá atendem a tóda a população em idade escolar, não apresentando, portanto, índice de analfabetismo.

Seriam, portanto, atendidos 1.466 municípios, com a população total de 57.386.784 habitantes, sendo 27.419.833, urbana e 29.966.951, rural. A população escolar, nesses municípios, considerando a faixa etária de 7 a 12 anos, é de 4.075.618 para a zona urbana e 4.423.084 para a zona rural. Tendo-se em vista a matrícula de 1959, o deficit aí verificado é de 548.633 para a zona urbana e de 2.321.343 para a zona rural. Se considerarmos a parcela de analfabetos existentes na faixa etária de 13 a 14 anos, êsse deficit aumentará.

Considerando os limitados recursos de que o Ministério da Educação e Cultura dispõe na área do ensino elementar, julgamos que, apenas 50% do deficit urbano e 25% de deficit rural poderiam ser atendidos no 1º ano de trabalho.

Assim sendo, seriam contratados 6.857 professores urbanos e 14.508 professores rurais, considerando-se a média de 40 alunos por classe.

As classes urbanas teriam possibilidade de funcionar durante 8 meses no 1º ano de trabalho e as rurais, durante 5 meses, de vez que os levantamentos rurais são mais lentos.

Considerando-se a gratificação mensal média de Cr\$..... 8.000,00, seriam necessários Cr\$ 438.848.000,00 para o contrato de professores urbanos e Cr\$ 580.320.000,00 para o de professores rurais, no período de 8 a 5 meses, respectivamente.

Tendo em vista a falta de professores titulados em quase todos os Estados, seria indispensável, desde o primeiro ano, a realização de um curso de treinamento de emergência para o professorado em cada município, até que fossem organizados os Centros de Treinamento Regionais, onde os cursos teriam programa mais amplo e organização mais eficiente.

Segundo experiências da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, o custo médio de um curso de emergência para professores não normalistas, com duração aproximada de 3 meses, seria de Cr\$ 600.000,00. Para realizar um curso em cada município atendido, seriam necessários Cr\$ 1.026.200,00.

Prevista a possibilidade de atender, no primeiro ano, a 50% da população escolarizável urbana, poderiam ser construídas, no ano, 3.428 salas de aula. O preço de construção, de acordo com as últimas obras realizadas pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo é de Cr\$ 5.680,00, o m². Considerando um aumento mínimo de 50% sobre esse preço, em face dos novos padrões salariais previstos, que determinam aumento do aumento do custo de vida, calculamos, para o 1º semestre do próximo ano, o preço médio de Cr\$.. 8.000,00, o m². Cada sala de aula, com 55m² de área (sala anexos), custaria Cr\$ 440.000,00. Para a construção de 3.428 salas, seriam necessários Cr\$ 1.714.000,000,00.

Para atender, portanto, à escolarização de 854.651 crianças, no 1º ano de atividade, seriam necessários Cr\$2.956.274.000,00 assim distribuídos:

- | | |
|--|----------------|
| 1) - Serviços de administração, orientação e supervisão..... | 100.000.000,00 |
| 2) - Serviço de seleção de dirigentes municipais | 50.000.000,00 |

30) - Contrato de supervisores estaduais e professores dirigentes municipais.....	387.660.000,00
4) - Contrato de professores urbanos.....	438.848.000,00
5) - Contrato de professores rurais.....	580.320.000,00
6) - Aquisição de material didático.....	80.000.000,00
7) - Cursos de Treinamento de Professores.....	1.026.200.000,00
8) - Equipamentos	292.277.000,00
9) - Eventuais.....	965.000,00
TOTAL.....	2.956.274.000,00

Conforme as experiências que vem realizando a CNEA, o que mais concorre o resultado positivo de seu trabalho é a seleção de elementos capazes de bem conduzir as atividades dos Centros "Piloto". A experiência nos tem indicado que sempre que esses elementos são escolhidos fora de critérios técnicos, não se ajustam aos objetivos educacionais que buscamos alcançar. Para um plano mais amplo, que implicaria no emprêgo de somas bastante elevadas, maior cuidado se deveria ter na seleção dos elementos encarregados de executá-lo nos Estados e Municípios. Essa seleção poderia ser feita através de cursos de férias, durante os quais aplicar-se-ia uma bateria de testes e provas visando a seleção de elementos segundo seu idealismo, capacidade de liderança, ajustamento social, cultura geral e experiência pedagógica.

É óbvio que somente com a colaboração, mediante convênios, dos Estados, poder-se-ia realizar cursos de treinamento, pois dificilmente poderia ser encontrado, fora do magistério estadual, número suficiente de professores com a experiência que esse trabalho exige. Ademais, tornar-se-ia indispensável, num trabalho de complementação da rede escolar já existente, um seguro conhecimento do que os Estados realizam em matéria de educação elementar, para uma perfeita união de esforços no alcance de objetivos comuns.

Segundo experiências realizadas pela Campanha Nacional Rural Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em Santa Catarina, durante o mês de julho do corrente ano, cada grupo de 50 professores normalistas, em cursos de 20 dias, custaria aproximadamente Cr\$. 250.000,00.

Os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que dispõem de serviço técnico organizado, poderiam prescindir do curso de férias para selecionar dirigentes para a direção dos trabalhos nos municípios a serem atendidos.

Teríamos, dessa forma, os melhores elementos do magistério estadual, selecionados dentro de critérios técnicos, evitando o filhotismo político. Esses elementos deveriam ser treinados para o trabalho a ser realizado. Esse treino, para o trabalho específico de levantamento e instalação de escolas de emergência, seria feito após a seleção, dentro do programa de curso de férias, com a colaboração dos dirigentes dos Centros "Pilôto" da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que dispõem de valiosa experiência no assunto.

A orientação do trabalho nos Municípios seria feita pelo executor estadual, que teria constante contato com o Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação.

A supervisão do trabalho nos Estados seria feita pelos técnicos das Campanhas do Ministério da Educação e Cultura.

Com um trabalho bem organizado, com os recursos de que o Ministério da Educação e Cultura dispõe, dentro das dotações destinadas ao ensino elementar, num período relativamente curto, poderia ser modificada substancialmente a situação do ensino elementar no Brasil.

Rio de Janeiro, outubro de 1961

Maria de Freitas
Assistente Técnica
da Coordenadoria
da CNEA

CAMPAÑA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ALFABETISMO

Ensino Primário Fundamental Comum - 1959

Corno docente: especialização, segundo a localização do ensino e a formação profissional

Unidades da Federação	Total	Segundo a localização do ensino			Segundo a formação profissional		% sobre o total geral de professores não normalistas
		Ensino Urbano	Ensino distrital	Ensino Rural	Normalistas	não Normalistas	
Rondônia.....	226	144	37	45	53	173	0,17
Acre.....	344	191	15	138	86	258	0,26
Amazonas.....	1.752	805	27	920	536	1.216	1,24
Rio Branco.....	66	51	-	15	32	34	0,003
Pará.....	4.500	2.050	333	137	995	3.505	3,4
Amazonas.....	266	123	18	125	95	171	0,17
Maranhão.....	3.086	1.477	101	1.508	723	2.363	2,4
Piauí.....	2.171	1.090	-	1.081	722	1.442	1,6
Centro.....	9.137	3.648	816	4.668	2.331	6.801	6,9
Rio Grande do Norte.....	3.294	1.603	116	1.575	520	2.774	2,8
Paraíba.....	4.498	2.023	308	2.167	973	3.525	3,6
Pernambuco.....	9.493	4.603	785	4.105	3.841	5.652	5,7
Alagoas.....	2.410	1.309	121	980	925	1.485	1,5
Sergipe.....	1.846	1.075	36	733	499	1.365	1,4
Bahia.....	10.998	6.277	1.025	3.696	6.551	4.447	4,5
Minas Gerais.....	28.503	15.364	3.300	9.839	15.270	13.233	13,3
Esprito Santo.....	4.366	1.299	629	2.438	2.481	1.885	1,9
Rio de Janeiro.....	10.977	5.377	1.965	3.635	4.762	6.215	6,2
Distrito Federal.....	9.541	8.159	-	1.382	6.987	2.554	2,6
São Paulo.....	45.724	31.444	2.228	12.032	44.461	1.263	1,2
Paraná.....	14.370	7.683	737	5.950	4.000	10.370	10,6
Santa Catarina.....	9.335	2.463	858	6.034	3.929	5.806	5,9
Rio Grande do Sul.....	27.045	12.041	2.295	12.709	11.535	15.510	15,8
Mato Grosso.....	3.213	1.764	271	1.178	662	2.591	2,6
Goiás.....	4.427	2.694	118	1.615	1.178	3.219	3,3
Brasil.....	211.601	114.757	16.119	80.725	113.747	97.854	-

SIMPÓSIO NACIONAL DE REBRIGACÃO DO ANÁLISENTISMO

População brasileira, de 7 a 14 anos, segundo o censo de 1960

ESTADOS	População Total	POPULAÇÃO POR IDADE								TOTAL	Matrícula escolar em 1959
		7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos		
Amazonas.....	721.215	19.472	18.751	16.587	19.472	14.424	17.030	14.424	15.866	136.026	97.353
Pará.....	1.550.935	41.875	40.324	35.671	41.875	31.018	38.733	31.018	34.120	294.634	173.674
Maranhão.....	2.376.077	64.154	61.678	54.619	64.154	47.521	59.401	47.521	52.273	451.351	207.599
Piauí.....	1.265.368	34.110	32.847	29.057	34.110	25.267	31.584	25.267	27.794	240.036	83.916
Rio Grande do Norte.....	1.157.258	31.245	30.088	26.616	31.245	23.145	28.931	23.145	25.495	219.874	124.924
Ceará.....	3.337.856	90.122	86.784	76.770	90.122	66.757	83.446	66.757	73.432	634.190	264.624
Paraíba.....	2.020.621	54.556	52.536	46.474	54.556	40.412	50.515	40.412	44.453	383.914	147.896
Pernambuco.....	3.516.260	89.538	86.222	76.273	89.538	66.325	82.906	66.325	72.957	630.084	355.349
Alagoas.....	1.271.062	34.318	33.047	29.234	34.318	25.421	31.776	25.421	27.963	241.498	87.644
Pernambuco.....	760.273	20.527	19.767	17.486	20.527	15.205	19.006	15.250	16.726	144.449	68.077
Bahia.....	5.990.605	161.746	155.755	137.783	161.746	119.812	145.765	119.812	131.793	1.134.212	397.151
Espírito Santo.....	1.888.665	50.993	49.105	43.439	50.993	37.773	47.216	37.773	31.550	348.842	159.198
Rio de Janeiro.....	3.402.728	91.873	88.470	78.262	91.873	68.054	85.068	65.054	74.860	646.514	362.013
Guanabara.....	3.307.163	89.293	85.986	76.064	89.293	66.143	82.679	66.143	72.757	628.358	330.590
São Paulo.....	12.900.000	348.300	335.400	273.700	348.300	258.000	258.000	283.800	283.800	2.428.000	1.629.821
Paraná.....	4.100.000	110.700	106.600	94.300	110.700	82.000	102.500	82.000	90.200	779.000	381.112
Santa Catarina.....	2.146.909	58.066	55.819	49.378	58.066	42.938	53.672	42.938	47.231	408.108	316.605
Rio Grande do Sul.....	5.448.823	147.118	141.669	125.322	147.118	108.976	136.220	108.976	119.874	1.035.273	648.528
Minas Gerais.....	9.000.000	243.000	234.000	207.000	243.000	180.000	225.000	180.000	198.000	1.710.000	1.023.375
Goiás.....	1.852.255	49.010	47.158	41.641	49.010	36.045	45.306	36.045	39.619	343.824	166.096
Rio Grande do Sul.....	787.954	21.274	20.486	18.122	21.274	15.759	19.698	15.759	17.334	149.706	99.100
Território do Acre.....	160.208	4.325	4.165	3.684	4.325	3.204	4.005	3.204	3.524	30.436	11.358
Território de Rondônia.....	70.783	1.910	1.840	1.627	1.910	1.415	1.769	1.415	1.557	13.443	4.875
Território de Rio Branco.....	29.409	796	766	668	796	589	737	589	648	5.589	3.074
Território de Amapá.....	68.889	11.860	1.791	1.591	1.859	1.377	1.722	1.377	1.515	13.092	9.970
TOTAIS.....	68.929.396	1.860.181	1.791.054	1.561.338	1.860.182	1.377.580	1.717.185	1.377.577	1.505.336	13.950.453	7.040.882

NOTA: - A população total de alguns Estados está sujeita a retificação, segundo estudos que estão sendo procedidos pelo IBGE. No presente quadro não foram computados os dados do Território de Fernando Noronha e da Zona contestada de Serra dos Aimorés, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

EMPRESA NACIONAL DE ESTADÍSTICA DO ANUÁRIO

Deficit escolar existente em 7/1 de novembro de 1950, referente à idade escolar de 7 a 12 anos

ESTADOS	Pop. com mais de 10000 h	POPULAÇÃO			POPULAÇÃO ESCOLAR			MATRÍCULA PRIMÁRIA			DEFICIT			no de Profes. alunos	no de Salas	
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total			
1- Amazonas.....	25	215.938	352.092	568.030	52.390	52.811	105.201	29.917	21.520	51.437	2.475	31.291	53.766	814	422	
Pará.....	45	607.662	830.410	1.438.072	94.119	124.091	218.210	12.117	70.772	82.889	52.052	95.819	105.851	2.016	1.323	
Maranhão.....	79	117.193	1.663.505	2.840.698	62.622	275.323	342.148	19.269	16.807	36.076	13.398	230.710	214.076	62102	3.050	
Piauí.....	45	275.854	815.855	1.091.709	11.381	122.378	133.759	10.100	52.454	62.554	1.104	89.920	91.118	2.277	1.130	
Ceará.....	68	1.070.421	1.934.439	3.004.860	160.563	293.240	453.803	116.303	112.208	228.511	64.260	181.032	245.292	6.132	3.066	
Rio G. do Norte.....	59	554.762	476.563	1.031.325	93.211	71.284	164.495	51.501	44.218	95.719	1.800	27.266	29.166	778	364	
Paraíba.....	66	627.539	1.251.620	1.879.159	94.135	187.713	281.848	65.375	68.094	133.469	28.760	119.649	148.409	3.710	1.895	
Pernambuco.....	93	1.669.170	2.395.618	4.064.788	219.775	344.352	564.127	220.955	157.150	378.105	10.320	201.792	212.112	6.069	3.032	
Alagoas.....	41	376.500	692.377	1.068.877	96.235	103.356	199.591	45.001	51.161	96.162	10.951	71.395	82.346	2.058	1.029	
Sergipe.....	21	227.111	291.328	518.439	31.111	43.774	74.885	27.790	15.901	43.691	6.321	21.373	27.694	779	309	
Goia.....	60	115.971	850.690	1.296.661	66.892	127.597	194.489	75.657	41.170	116.827	-	87.127	87.127	2.105	1.092	
Mato Grosso.....	26	266.634	309.087	575.721	39.991	46.330	86.321	19.578	21.612	41.190	-	21.718	21.718	617	306	
Território do Acre..	7	33.998	137.169	171.167	5.399	23.575	28.974	6.115	1.766	7.881	-	15.789	15.789	304	197	
" Rondônia..	2	30.312	39.011	69.323	1.626	5.391	7.017	1.216	699	1.915	110	5.332	5.712	113	71	
T. Rio Branco.....	1	11.785	11.383	23.168	1.778	2.157	3.935	1.722	431	2.153	52	1.726	1.778	11	22	
Território Amapá....	1	27.985	8.715	36.700	1.137	1.307	2.444	5.128	2.207	7.335	-	-	-	-	-	
Bahia.....	113	1.933.231	3.543.050	5.476.281	298.981	931.158	1.230.139	226.562	122.555	349.117	93.422	111.903	165.325	11.633	5.816	
Distrito Federal.....	27	330.210	743.083	1.103.293	51.037	111.162	162.199	57.296	79.859	137.155	-	31.603	31.603	790	395	
Rio de Janeiro.....	46	2.023.070	1.955.730	3.978.800	262.689	196.114	458.803	211.152	129.035	370.187	21.197	27.379	48.576	1.213	606	
Guanabara.....	1	3.307.163	-	3.307.163	466.374	-	466.374	330.590	-	330.590	165.521	-	165.521	1.230	2.069	
São Paulo.....	151	6.290.705	2.111.778	8.402.483	942.111	361.766	1.303.877	926.983	295.676	1.222.659	15.161	106.990	122.151	3.021	1.525	
Paraná.....	75	1.013.084	1.713.985	2.727.069	132.052	257.097	389.149	137.167	119.775	256.942	14.585	137.822	152.407	1.302	2.155	
Santa Catarina.....	54	601.507	1.090.116	1.691.623	90.298	168.921	259.219	97.108	169.171	266.279	-	-	-	-	-	
Rio Grande do Sul....	109	2.327.277	2.638.111	4.965.388	319.091	395.717	714.808	307.836	321.851	629.687	12.295	73.863	115.118	2.377	1.130	
Minas Gerais.....	211	2.917.082	1.646.857	4.563.939	137.652	609.908	747.560	422.631	213.967	636.598	15.681	365.932	381.613	9.523	4.761	
		<u>1.166</u>	<u>27.113.835</u>	<u>29.966.951</u>	<u>97.386.784</u>	<u>1.075.618</u>	<u>1.125.091</u>	<u>2.200.709</u>	<u>3.575.682</u>	<u>2.097.800</u>	<u>5.673.572</u>	<u>510.633</u>	<u>2.321.313</u>	<u>2.894.976</u>		

Observação: - Os municípios constantes da segunda parte deste quadro possuem mais de 25.000 habitantes.

Incluem-se nos totais os dados de alguns municípios, cujo trabalho censitário não foi concluído e que em 1950, não haviam criados.